



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

O presente Termo de Referência que integra o Processo Administrativo nº. 001/2024 tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuado de monitoramento em CFTV, cerca elétrica, alarmes, interfones, portão de garagem e de pedestre. O serviço será prestado de forma diariamente 24 horas, por empresa preferencialmente localizadas dentro do estado do Pará. Conforme as condições e especificações detalhadas nos itens que seguem, a ser julgada pelo **menor valor global**.

1.1 Os serviços deverão ser prestados na sede do Core-pa situada na Travessa Padre Prudêncio, 517, Campina – Belém – Pará – CEP: 66017-200.

2 . JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação tem por finalidade atender as necessidades do Core-PA, que integra o sistema de segurança do **CORE-PA**, composto pelos serviços de vigilância e monitoramento da sede, possibilitando inibir intenções ilícitas a partir de câmeras instaladas em pontos estratégicos na sede, que permite o monitoramento de ocorrências em tempo real, com pronta resposta e adoção de medidas eficientes no tratamento dos acontecimentos relacionados à segurança do patrimônio do **CORE-PA**.



Core-PA

Conselho Regional dos
Representantes Comerciais
no Estado do Pará

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

Item	Descrição	Unidade de Medida	Qtde.
01	<p>Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância eletrônica a distância, denominado monitoramento remoto de sistemas de alarmes e de vistoria de pronta resposta por 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo locação dos equipamentos necessários, em regime de comodato, instalação e configuração do sistema de alarme e câmeras para execução da segurança patrimonial eletrônica das instalações do CORE-PA.</p> <p>- Instalação e configuração de câmeras de segurança com sistema (HDCVI), High Definition Composite Vídeo Interface incluindo o fornecimento de todos materiais necessários, com disponibilização de transmissão em tempo real via internet, gravação das imagens e demais acessórios necessários ao pleno funcionamento do sistema, COM VIDEO MONITORAMENTO em tempo real.</p> <p>- Locação dos equipamentos, em regime de comodato, necessários para atendimento aos serviços especificados, sendo que estes equipamentos devem atender, no mínimo, as seguintes especificações:</p> <ul style="list-style-type: none">• Para o sistema de Alarme - 11 (onze) Sensores infravermelhos, 01 (uma) Central de Alarme com teclado 01 (uma) Bateria para manter o sistema em faltas de energia elétrica; 01 (uma) Fonte Auxiliar 01 (uma) Sirene 01 (um) Nobreak.• Para o sistema HDCVI - 08 (oito) Câmeras infra flex 4x1 20m de Alta Definição de Imagens FULL HD, de 2 mega pixels ou com qualidade superior; 01 (um) HD com capacidade de armazenamento 1TB (15 dias de armazenamento de imagens); 01 (um) DVR Stand Alone HDCVI com 08 (oito) canais.• Fornecimento de todos os materiais e insumos necessários para execução dos serviços contratados, inclusive a instalação de ponto e fornecimento de internet para viabilizar a transmissão em tempo real das imagens.	Mês	24
TOTAL		R\$ 14.800,00	

Valor estimado anual: R\$ 7.400,00

Valor estimado para o contrato de 24 meses: R\$ 14.800,00.

Pág. 2 de 7

SEDE PRÓPRIA Belém: Travessa Padre Prudêncio, 517, Campina – Belém – Pará – CEP: 66017-200

Tel.: Fone: (91) 3222-5826/3222-2436 – (91) 99350-8238

DELEGACIA DE MACAPÁ/AP: Rua Leopoldo Machado 2183 sala 28 - Galeria New Shopping - Centro – Macapá – Amapá - Cep 68900-067

Tel: (96) 3222-6707 – (96) 3223-2442 -

E-mail contato@core-pa.org.br – Site: www.core-pa.org.br



4. CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

4.1. O custo estimado da contratação será fundamentado através de pesquisa de preços praticados no mercado.

5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. Será vencedora a proposta com **menor preço por item e habilitada**, ou seja, em conformidade com o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do FORNECEDOR de realizar o objeto da licitação, dividida em: **I - jurídica; II - técnica; III - fiscal, social e trabalhista; e IV - econômico-financeira.**

JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

5.2. As certidões serão verificadas pelo agente da contratação por intermédio do SICAF e da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

5.3. Na Dispensa Eletrônica será obrigatório os níveis de cadastramento junto ao SICAF ou documento equivalente: **I – Credenciamento, II - Habilitação Jurídica e III - Regularidade Fiscal e Trabalhista (Receita Federal, PGFN, FGTS e Trabalhista)**, nas quais as certidões podem ser extraídas dos sítios: Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral (https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp); Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (<http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>); Consulta Regularidade do Empregador (<https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>); **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas** (<https://www.tst.jus.br/certidao1>) e **Fazenda Estadual e Municipal**, conforme o caso.

5.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferente, salvo aqueles legalmente permitidos.

5.5. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Caso a fornecedor seja filial, os documentos deverão estar em seu nome, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.6. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

5.7. Em caso de empate, a proposta enviada primeiramente prevalecerá sobre as demais.

5.8. Os quantitativos informados neste Termo de Referência não vinculam à Administração Pública, uma vez que a contratação está condicionada à existência de dotação orçamentária.



6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas com a Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais.
- 6.2.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 6.3.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços para sua imediata correção;
- 6.4.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no contrato;
- 6.5.** Efetuar o pagamento e as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da contratada, em conformidade com a legislação atinente em vigor;
- 6.6.** Prestar informações necessárias e relevantes para a Contratada, no que diz respeito ao objeto do contrato.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência, com a alocação dos empregados, quando necessário, para o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- 7.2.** Responder pelos danos causados decorrentes de sua culpa ou dolo, durante toda a execução do serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo CORE-PA;
- 7.3.** Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação pátria em vigor, atinentes ao tema, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CORE-PA;
- 7.4.** Responsabilizar-se por todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie forem vítimas seus empregados durante a execução do serviço contratado, quando for o caso;
- 7.5.** Reparar, corrigir imediatamente, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
- 7.6.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;



Core-PA

Conselho Regional dos
Representantes Comerciais
no Estado do Pará

- 7.7. Prestar à CONTRATANTE, sempre que necessário esclarecimentos sobre os serviços a serem executados, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para acompanhamento e apreciação dos mesmos;
- 7.8. Levar imediatamente ao conhecimento da CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;
- 7.9. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos necessários para execução do objeto;
- 7.10. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 7.11. Indicar preposto, se for o caso, para representá-la durante a execução do contrato;
- 7.12. Executar o objeto de acordo com as normas técnicas e legislação em vigor, observando a programação estabelecida pelo CONTRATANTE;
- 7.13. Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da Legislação Fiscal (Federal, Estadual e Municipal) e da Legislação Social, Previdenciária, Trabalhista e Comercial, sendo certo que os empregados da CONTRATADA não terão vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- 7.14. Manter atualizado o endereço cadastrado junto ao CONTRATANTE para comunicações, informando imediatamente eventual alteração;
- 7.15. Não veicular, em nenhuma hipótese, publicidade acerca dos serviços executados ao CONTRATANTE, salvo prévia e expressa autorização;
- 7.16. Assegurar a qualidade dos serviços;
- 7.17. Executar o objeto conforme especificações deste Termo de Referência, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- 7.18. Indicar telefones com o respectivo nome do responsável para que, caso seja necessário, a Contratante possa efetuar contato fora dos horários normais de atendimento, inclusive finais de semana e feriados, para casos excepcionais que por ventura venham a ocorrer;
- 7.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 7.20. O controle dos serviços prestados e a fiscalização do contrato deverão ser realizados pela contratada, independentemente do controle e fiscalização exercidos pela Contratante, cabendo-lhe integralmente o ônus dele decorrente;
- 7.21. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços;



- 7.22. Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados;
- 7.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de pessoas com idade inferior a dezesseis anos, exceto na condição de jovem aprendiz para os maiores de quatorze anos;
- 7.24. É expressamente proibida a contratação de funcionários pertencentes ao quadro funcional do Core-PA;
- 7.25. Assumir inteira responsabilidade, civil, administrativa e penal por qualquer dano ou prejuízo causado ao Core-PA ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo, durante a prestação de serviço;
- 7.26. Arcar com todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- 7.27. A inadimplência do contratante, com referência aos encargos sociais, comerciais e fiscais não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Core-PA, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual o contratado renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Core-PA;
- 7.28. Reunir-se de forma presencial ou remota pelo menos 01 (uma) vez por semana para tratar sobre o andamento dos trabalhos.

8. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 8.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, a administração designa para acompanhar o contrato o **servidor Marcio Jose Duarte Maciel**.
- 8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art.70 da Lei nº 8.666/93;
- 8.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

9.1.1. Advertência;

9.1.2. Multa, na forma prevista no contrato.

9.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

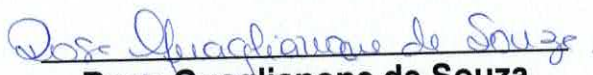
10. DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

10.1. O prazo para a execução do serviço contratado será realizado após término do contrato anterior.


11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes das contratações necessárias para a devida execução do objeto correrão à conta do Programa de Trabalho Dotação orçamentária nº. 6.2.2.1.1.01.04.04.009. – Serviços de pessoa jurídica.

Belém, 18 de abril de 2024.


Rosa Guaglianone de Souza
Coordenadora Administrativa
CORE-PA

De acordo com a competência que me foi conferida, **APROVO** o presente Termo, por considerá-lo em consonância com a conveniência e oportunidade atinentes à discricionariedade da Administração Pública.


Hely Ricardo de Lima
Presidente do CORE-PA